



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO DE  
PATRIMONIALIZAÇÃO DA CIDADE DE GOIÁS

**Irina Alencar de Oliveira** (PPG da Faculdade de Arquitetura e Urbani) - [irinaoliveira@gmail.com](mailto:irinaoliveira@gmail.com)  
*Doutoranda; Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília*

## **PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA CIDADE DE GOIÁS**

### **RESUMO**

Analisa-se as articulações observadas entre os processos de patrimonialização da cidade de Goiás-GO e a participação da comunidade local em sua trajetória, especialmente, sua segunda fase. Observa o desenvolvimento dessa participação e os atores constituintes de tal comunidade, assim como, as práticas sociopolíticas e culturais, memória social, apropriações coletivas, poder, turismo cultural e vinculações afetivas e identitárias vinculadas a eles. Visa verificar em que medida todos esses elementos poderiam, através da participação comunitária, ter contribuído para sua conservação patrimonial singular. O papel da sociedade civil organizada na área, como a OVAT e o Movimento Pró-Cidade de Goiás, também é observado atentamente. Para tanto, investigam-se recortes jornalísticos de época, documentos extraídos do acervo do IPHAN e outras pesquisas sobre a temática, pelo viés da História Cultural e as perspectivas analíticas de diversos autores. Essa abordagem busca atender à atual demanda por alternativas de conservação não institucionais do patrimônio cultural brasileiro, devido às circunstâncias críticas contemporaneamente enfrentadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** cidade de Goiás; participação comunitária; identidade; preservação; Patrimônio Cultural.

### **ABSTRACT**

The articulations observed between the cultural heritage processes of the Town of Goiás-GO and the participation of the local community in its trajectory are analyzed, especially in its second phase. It observes the development of this participation and the constituent actors of such a community, as well as the sociopolitical and cultural practices, social memory, collective appropriations, power, cultural tourism, and affective and identity ties linked to them. It aims to verify to what extent all these elements could, through community participation, have contributed to its unique heritage conservation. The role of organized civil society in the area, such as OVAT and the Pró-Cidade de Goiás Movement, is also closely observed. For that, journalistic clippings of the time, documents extracted from the IPHAN collection and others researches on the subject are investigated, through the perspective of Cultural History and the analytical perspectives of several authors. This approach seeks to meet the current demand for non-institutional alternatives for the conservation of Brazilian cultural heritage, due to the critical circumstances currently faced.

**KEYWORDS:** Town of Goiás; community participation; identity; preservation; cultural heritage.

## INTRODUÇÃO

“A comunidade é a melhor guardiã de seu Patrimônio Cultural.”  
Boletim SPHAN/Pró-Memória, 1985, p. 24.

A célebre frase desta epígrafe, cunhada por Aloísio Magalhães e profusamente divulgada em escala nacional na década de 1980 (FIGURA 1), marca uma importante mudança de paradigma na gestão institucional do patrimônio cultural brasileiro. Ela é o ponto de partida para o presente artigo, que busca verificar a inserção dessa participação comunitária ao longo da trajetória da patrimonialização da cidade de Goiás-GO, objeto de pesquisa selecionado. Tal recorte espacial justifica-se pela forte atuação da população local na preservação patrimonial de seu centro histórico, desde a o início do século XX, ainda que marcada por intensos conflitos de naturezas diversas.

O processo de preservação e patrimonialização de seus bens culturais pode ser dividido em três fases, segundo Delgado (2005) e Drogomirecki (2019). A primeira delas vai das incipientes manifestações da consciência preservacionista durante a primeira República até a década de 1950. A fundação da OVAT - Organização Vilaboense de Artes e Tradições, em 1965, sinaliza uma renovação nos modos de apropriação do patrimônio cultural da cidade e marca, para os autores, o ponto alto da segunda fase, foco deste trabalho. Já a terceira etapa, caracterizada por uma ampliação do diálogo social em torno da preservação, tem seu início demarcado pela mobilização em torno da candidatura de Goiás a Patrimônio Mundial no fim da década de 1990.

Justifica-se a concentração deste texto no segundo ciclo, devido a uma atuação dos moradores da cidade de forma mais engajada e articulada, ainda que lance observações sobre as reverberações da terceira etapa ainda em curso. A pesquisa utiliza a História Cultural como base analítica e discute conceitos como comunidade, participação comunitária, memória, identidade, poder e turismo cultural, todos relacionais à temática do patrimônio cultural em âmbito nacional, adotando também perspectivas estrangeiras sobre as questões. As principais fontes verificadas são recortes de jornais de alcance local e nacional e imagens do período abordado, além de documentos institucionais relacionados ao tema, como os dossiês de tombamentos e inclusão na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco e publicações do Iphan. São observadas, ainda, outras pesquisas acadêmicas que abordem o assunto e estudos sobre a cidade de Goiás.

Dessa forma, destaca-se a importância da busca de se compreender melhor as articulações desses temas relacionados ao recorte espacial adotado e de seus efeitos positivos no âmbito preservacionista, para se verificar a possibilidade da configurarem boas práticas de atuação a serem replicadas, sobretudo, no atual momento de desarticulação institucional das políticas públicas voltada para a cultura no país. Conforme Cristina Meneguello (2014, p. 46), nas circunstâncias presentes, é importante buscar a construção de um certo consenso acerca do papel das sociedades em seu “dever de transmissão, através das gerações, do que consideram ser as suas conquistas culturais”, argumentando que:

O tema da valorização e preservação do patrimônio conquistou nas últimas décadas espaço entre as pesquisas, as políticas públicas e a

sociedade civil. Embora preservemos pouco e preservemos mal, de quando em quando ondas de comoção generalizada com a iminência de destruição de algum bem arquitetônico ou com a desaparecimento de alguma prática - um bem intangível - vêm para nos lembrar que a preocupação com a sobrevivência do passado dentro do presente entrou nas agendas, e que um certo consenso busca hoje proteger as áreas verdes, as casas mais antigas das cidades ou os locais relacionados com o turismo.

## COMPREENDENDO AS COMUNIDADES DA CIDADE DE GOIÁS E SUAS RELAÇÕES

“O patrimônio é um sintoma, refletindo a longa e complexa história de nossas sociedades.” (BENHAMOU, 2016, p. 129)

Para principiar a discussão, são apresentados os conceitos fundamentais abordados no texto, destacando-se comunidade, participação comunitária, memória, identidade, relações de poder e turismo cultural.

A pesquisadora e arqueóloga Laurajane Smith (2015, p. 137), a partir de uma perspectiva ocidental, apresenta uma simbólica e precisa definição de Zygmunt Bauman (2001, p. 1-2) para comunidade: “é um lugar ‘quente’, acolhedor e confortável. É como um teto sob o qual nos abrigamos na chuva forte, como uma lareira na qual aquecemos as mãos em um dia de frio. Lá fora, na rua, todos os tipos de perigos estão à espreita ... Aqui, na comunidade, podemos relaxar – estamos seguros”. A partir do excerto, adverte que esse conceito é constantemente mobilizado “como uma frase de efeito dentro das políticas culturais e outras formas de política pública, uma vez que promove a sensação de fazer ‘boas obras’”, sendo fundamental utilizá-lo de forma crítica e cautelosa.

Associando-se essa visão com a questão patrimonial, aqui compreendida em sua dimensão material e imaterial, a mesma autora, juntamente com colaboradores, aponta que os insucessos observados na conhecida Carta de Burra<sup>1</sup> (ICOMOS-Austrália, 1980) – a despeito de sua tentativa de promover inclusão, participação e consulta à comunidade, que se torna apenas “simbólica” no documento (WATERTON; SMITH; CAMPBELL, 2006, p. 347) – resultam do “discurso e (d) a aceitação acrítica de uma abordagem dominante ou autorizada do patrimônio” (WATERTON; SMITH; CAMPBELL, 2006, p. 342). Concluem com a fundamental constatação de que “a participação da comunidade deve depender do conceito de negociação, não apenas sobre a conservação e os valores do patrimônio, mas também sobre o próprio significado e natureza do patrimônio, de modo que a própria ética da conservação esteja aberta à renegociação e redefinição” (WATERTON; SMITH; CAMPBELL, 2006, p. 351), em uma clara proposição de ampliação e diversificação conceitual do tema.

Nesse contexto, introduz-se a definição de participação comunitária proposta por Nunes (2006, p.11 apud SANTANA, 2013, p. 29) como o ato de “tomar parte em discussões e em decisões, desde o momento em que os

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf> . Acesso em 08 de novembro de 2020, 17:30.

problemas se apresentam até aquele de por em prática as soluções encontradas, resultantes de discussões. Participar é uma atitude voluntária, contínua e de longa duração”. Apreende-se daí a complexidade desse ato e o potencial de conflitos que pode suscitar caso seja mal gerido, sendo fundamental considerar que “os riscos são menores ao se transferir para as coletividades a competência relativa aos monumentos consagrados do que aquela que se refere ao patrimônio de menor fama”, segundo Françoise Benhamou (2016, p. 95). Já Paulo Peixoto (2016, p. 292 apud BAUER; BORGES, 2018, p. 34-35) alerta também para o cuidado com o “imperativo da participação”:

Finge-se ou exacerba-se a participação para que o patrimônio seja mais patrimônio, para que seja uma coisa de todos, para que possa ser o que nunca foi, mas sobretudo, para que seja um apaziguador de memórias triunfantes. A tirania da participação preenche nos processos de patrimonialização a função crucial de promoção da ideologia da escolha. Visa, nesse desiderato, garantir que os participantes alterem a sua relação predominante com o patrimônio, passando de um papel tendencial de consumidores a um papel tendencial de cidadãos.

Destaca-se que a própria Constituição Federal de 1988, segundo Maria Paula Araújo e Myrian Sepúlveda Santos (2013, p. 224), em sua onda de “liberalismo” manifesto nos “mecanismos de participação direta e da defesa da diversidade cultural”, prevê a “democratização dos processos decisórios com participação e controle social” no parágrafo primeiro de seu artigo 216-A. Para as autoras, isso também abriria portas para o fortalecimento da cidadania e de novos movimentos sociais vinculados a minorias, resultando em um maior reconhecimento da diversidade. O Decreto nº 3.551/2000, que regulamenta o patrimônio imaterial no país, em consonância com as discussões em âmbito internacional, também é um exemplo desse movimento de abertura por reforçar um caráter mais “transdisciplinar” (CID; CASTRO, 2016, p. 189).

Cunha Filho (2018, p. 127) destaca também que “a proteção do patrimônio cultural é um dogma, garantido por cláusula pétrea, (...) reconhecido, em sua integridade ou dimensões mais restritas como aquela que pertence a certo segmento (...) ou grupo específico formador da sociedade ou até mesmo aquela que desperta o agir de cada cidadão”, reconhecendo “o pertencimento simultaneamente difuso, comunitário e individual do patrimônio cultural”. Reconhece, ainda, a importância da implementação do SNC - Sistema Nacional de Cultura (também previsto no artigo constitucional 216-A) pela possibilidade de “colaboração, de forma descentralizada e participativa” na “gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade com pleno exercício dos direitos culturais” (CUNHA FILHO, 2018, p. 131).

Acerca desses direitos culturais, o autor ressalta que ganham um “reforço garantístico” jurídico com o importante dispositivo de “ação popular”, disponível para qualquer cidadão para anular “ato lesivo ao patrimônio cultural brasileiro”. Isso resultaria em um “pleno exercício dos direitos culturais” e proteção de “manifestações das culturas de todos os grupos participantes do processo civilizatório nacional”, o que entra em constante conflito com as descontinuidades das políticas públicas, a “baixíssima integração dos distintos atores com responsabilidades constitucionais pela cultura” e a permanente falta

de recursos financeiros (CUNHA FILHO, 2018, p. 133-134). Benhamou (2016, p. 30) complementa, a partir de um enfoque europeu, porém refletindo-se localmente de forma coerente, que: “os dispositivos jurídicos e administrativos não bastam para assegurar a proteção e a salvaguarda do patrimônio. A história é testemunha desse descaso e se nutre de panfletos e denúncias que só raramente obstarão a propensão das sociedades, embora sempre prontas a dedicar um culto ao ‘seu patrimônio’, para destruir o que a história conseguiu lhes legar”. Já Andreas Huyssen (2014, p. 206) defende que “os direitos culturais de grupos são invariavelmente impregnados da tradição e memória”, não parecendo “fazer muito sentido falar num direito à memória que possa ser legalmente imposto”.

No âmbito normativo internacional, as convenções da Unesco<sup>2</sup> também apresentam sua importância, como verificado no artigo 15 da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003: “cada Estado Parte deverá assegurar a participação mais ampla possível das comunidades, dos grupos e, quando cabível, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio e associá-los ativamente à gestão do mesmo”. Jurema Machado (2017, p. 273-274) destaca que, no Brasil (e a partir da perspectiva do IPHAN), os primeiros processos de inscrição na Lista de patrimônio Mundial eram restritos à atuação das áreas técnicas, sem considerar a participação social, realidade alterada apenas no fim da década de 1990 com a candidatura de Diamantina-MG. Segundo ela, “a participação social era desejo do município e, a essa altura, o procedimento já era estimulado pela Unesco como um demonstrativo de sustentabilidade da gestão futura dos sítios”. O mesmo padrão se repete no processo da inscrição da cidade de Goiás em 2001, ainda que com ressalvas, baseando-se na:

iniciativa local, busca de alternativa econômica para a cidade, participação social, elaboração de Plano Diretor e instrumentos de proteção da Serra Dourada, no entorno. O Iphan, da mesma forma, não teve a iniciativa, mas participou da mobilização e selecionou consultor externo para elaboração do dossiê, produzido em tempo recorde e com custos arcados pelo movimento comunitário.

As vinculações sociais e políticas dessas temáticas ficam, então, bastante destacadas, sobretudo, ao se considerar o próprio patrimônio como uma construção social/cultural. Esse enfoque justifica-se, em uma visão economicista, pelo fato de que sua “produção” depende dos agentes públicos e privados que concorrem na definição dos seus contornos” (BENHAMOU, 2016, p. 15). Pelo viés antropológico, conforme Prats (2009, p. 20), respalda-se no fato de que o patrimônio não existe “na natureza, não é algo dado, nem sequer um fenômeno social universal, já que não se produz em todas as sociedades humanas, nem em todos os períodos históricos”. Para o autor, trata-se de um “artifício” idealizado por alguém no espaço e no tempo com determinadas finalidades, caracterizando-se também por ser “historicamente cambiante”.

---

<sup>2</sup> Gabriela Cid e Maurício de Castro (2016, p. 191-192) observam que, a partir da segunda metade do século XX, a Unesco passa a reconhecer as nações como multiculturais e a ver a cultura como elemento essencial para os seus desenvolvimentos, refletindo esse posicionamento em suas políticas de preservação, a exemplo do Decênio Mundial para o Desenvolvimento Cultural (1988 e 1997), no qual se propõe o “aumento da participação cultural, (...) um direito de todos os sujeitos, estando os governos na responsabilidade de garantia deste direito, além de maior cooperação internacional no campo da cultural”.

Articula, por fim, essa concepção com a ideia de “invenção social” para construção patrimonial, remetendo à noção de manipulação aludida por Hobsbawm e Ranger (1988), o que leva a uma reflexão sobre os efeitos das hegemonias sociais e culturais, como pode-se observar na trajetória de patrimonialização da cidade de Goiás a seguir.

Também a partir de Hobsbawm (1984), Márcia Chuva (2009, p. 47) critica uma visão reducionista da chamada “invenção das tradições”, vendo-a como “um projeto consciente de manipulação dos cidadãos por um grupo ou pelo Estado”, que está atrelado a “uma ideologia como falseamento ou mascaramento da realidade”. Defende a noção de “habitus” de Bourdieu (1982) como mais adequada nesse contexto, por privilegiar “as capacidades inventivas dos agentes como parte integrante do tecido social”, entendendo essa “invenção” como “criação e/ou apropriação, pertencente, assim, à própria dinâmica social, que coloca em movimento inúmeras relações, em meio a diferentes interesses em jogo”. Chuva (2009, p. 80) conclui que tal invenção do patrimônio histórico e artístico nacional, em um longo “processo civilizador” engendrado pelos chamados intelectuais do patrimônio, “foi um dentre os vários recursos de produção de representações do Brasil e da nação brasileira em que se configuraram estratégias de controle social”, transformando supostos “interesses hegemônicos” em nacionais.

Acerca desse tema, Paul Ricouer (2007, p. 455) argumenta que “quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja”, retirando dos “atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos”, pode-se recorrer ao que chama de “identidades comunitárias”, que seriam responsáveis por estruturar “nossos vínculos de pertencimento”. Em complemento, Michel Pollak (1989, p. 3) discute sobre a ênfase dada pela memória comum em “reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de ‘comunidade afetiva’”. Realizando-se uma articulação com a noção de patrimônio material, o historiador argumenta que:

A memória é assim guardada e solidificada nas pedras. (...) pontos de referência de uma época longínqua, freqüentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a toda a humanidade. (...) não impede que aqueles que vivem nos locais dessas heranças extraiam disso um orgulho especial. (Pollak, 1989, p. 12)

Nesse contexto, Cid e Castro (2016, p. 185) destacam a necessidade de políticas culturais que dialoguem “com especificidades de práticas com identidades múltiplas”, atendendo à demanda por novos instrumentos que extrapolem as identidades nacionais e contra “rótulos homogeneizadores”. Demandam, ainda, a renovação do diálogo dos intelectuais com as comunidades tradicionais; novas concepções de política em cultura (contemplando “produtos, bens e serviços culturais numa dinâmica de dupla dimensão, econômica e simbólica”); a inclusão do meio ambiente nas discussões; e a elaboração de novas legislações e conceitos, a fim de se obter uma efetiva mudança de perspectiva (CID; CASTRO, 2016, p. 190).

Essa ampliação de escopo do âmbito cultural, refletindo a grande influência antropológica no campo do patrimônio das últimas décadas, abre espaços para grupos sociais que “começaram a requerer sua participação nas políticas em cultura e, por que não, nas listas de bens representativos dos patrimônios culturais das nações” (CID; CASTRO, 2016, p. 196), utilizando-a como afirmação de “identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado” (WOODWARD IN: SILVA, 2009, p. 34). Tal posicionamento reflete-se na revisão da formação da identidade nacional, que “não pode mais ser vista como singular e estanque, de modo que vem sendo percebida como múltipla e retomada por novos atores de formas variadas, os quais vêm se apropriando da cultura, a positivando, em busca de políticas de reparação e reconhecimento” (CID; CASTRO, 2016, p. 196). Tomaz Tadeu da Silva (2009, p. 83) reforça também que “a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. (...) O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes”. O autor defende, assim, as “possibilidades de instauração de identidades que não representam simplesmente a reprodução das relações de poder existentes”, permitindo a produção de outras novas e renovadas (SILVA, 2009, p. 95-96).

Em continuidade a essa perspectiva de uma maior “elasticidade do conceito de patrimônio cultural”, Letícia Bauer e Viviane Borges (2018, p. 31) destacam que foi iniciada na década de 1970 como resultado das demandas da vida moderna. As autoras defendem que a “atuação da participação cidadã em processos de patrimonialização, tem possibilitado a incursão dos recentemente denominados ‘novos’ ou ‘outros patrimônios’”. Entretanto, no campo preservacionista, “apenas recentemente o conceito foi de fato ampliado por meio de políticas públicas e projetos voltados à diversidade de expressões culturais e ainda carece enormemente de ações propositivas que contemplem efetivamente a multiplicidade de identidades e manifestações” (BAUER; BORGES, 2018, p. 33). Para elas, entretanto, ainda permanecem conflitos, negociações e “tentativas de equacionar diferentes intenções nos processos de patrimonialização. (...) explicitando problemas sociais marcados por conflitos de diferentes ordens” (BAUER; BORGES, 2018, p. 33). Por isso a importância da mobilização e da pressão social, transformando o patrimônio em um “instrumento para a afirmação da representatividade de grupos até então subtraídos dos panteões oficiais” (BAUER; BORGES, 2018, p. 34), considerando-se a grande importância da ancoragem da construção identitária na noção de patrimônio, defendida por Peixoto (2004, p. 183). Os próprios representantes do Iphan reconhecem essas alterações em uma edição recente da Revista o Patrimônio:

(...) observou-se um estímulo à participação social, com mudanças na relação entre Estado e sociedade. As discussões sobre democratização do país, que ultrapassavam o âmbito político, influenciaram também o campo da preservação, fazendo críticas ao modo de seleção de bens, prioritariamente a partir de valores estéticos e eruditos, associados a uma elite política e às classes dominantes. (...) A noção de “identidade nacional” foi progressivamente abrindo espaço para a “diversidade” e “representatividade social” e a política

de preservação começou a voltar seus olhos para bens representativos de grupos até então excluídos das ações patrimoniais. (SCHLEE; QUEIROZ, 2017, p. 111).

Ainda acerca da relação entre identidade e patrimônio, agora com enfoque no tangível, Paulo Peixoto (2004, p. 184) afirma que “representam tudo o que é ameaçado por uma urbanização lancinante, inclusive aquilo que, muitas vezes, nunca se teve: o espaço público, a qualidade de vida, uma auto-estima e uma identificação incondicionais em relação ao local de residência, a cidade à escala humana”. Critica também a “gentrificação”<sup>3</sup> dos centros históricos reabilitados, que funcionam “como uma espécie de figuração da realidade, (...) contrastando com o resto da cidade que os envolve, (...) espécie de obra de arte que representa uma ideia abstracta de qualidade de vida que os residentes não experienciam e com a qual não se identificam” (PEIXOTO, 2004, p. 194). A argumentação que constrói abaixo é um retrato próximo do que pode ser observado na cidade de Goiás atualmente:

Reactivados, reinventados e idealizados, os bens, as práticas e os signos que dão forma material ao património são retirados das vivências quotidianas para lhes serem devolvidos de um modo onde a encenação e a estilização são factores de indução de uma consciência identitária. (...) E o que ainda não passou, na voracidade das políticas de patrimonialização, é muitas vezes esquecido, apagado ou proscrito. (PEIXOTO, 2004, p. 203)

Benhamou (2016, p. 67) alerta também para problemas como o “fachadismo”, considerado um “recurso bastante usual de mera preservação da fachada contrastando com a renovação completa dos interiores na plena indiferença quanto ao seu estado inicial”, sendo comumente verificado na cidade de Goiás. Pode ser interpretado como um reflexo do que chama de “disneylização”<sup>4</sup>, visto como um efeito do “consumo patrimonial (que) acaba emancipando-se da história dos locais nos quais o patrimônio se desenvolveu inicialmente”. A autora alerta, por fim, para os seguintes riscos, ressaltando que apresentam consequências ambivalentes em países emergentes, sendo observados no objetivo de estudo deste artigo hoje:

A valorização do patrimônio gera rendimentos, mas a polarização sobre o turismo pode resultar desfavorável para os locais: além da alta do preço da propriedade fundiária e a gentrificação assinaladas anteriormente, pode alimentar o circuito da corrupção, aumentar as desigualdades, ser sequestrada por indivíduos ou empresas que procuram mais obter benefícios próprios do que contribuir para as

---

<sup>3</sup> Definida por Benhamou (2016, p. 87) como “o aburguesamento dos bairros antigos, suscitado pela alta dos preços imobiliários”, ponderando que “o cuidado de preservação deve harmonizar-se com o de responder às necessidades do desenvolvimento da cidade”. Justifica esse argumento a fim de evitar que a “cidade-museu expulsa(e) seus habitantes menos abonados”, a partir de abusos na preservação monumental que transformem esses centros históricos em “museus” e tragam “o risco do abandono das periferias a um processo não controlado de expansão urbana”. Marcia Sant’Anna (2017, p. 154) aborda o mesmo tema no contexto nacional, apontando os desafios para “a superação do esteticismo e da visão histórica rasa da cidade-monumento”, de modo a ampliar seu espectro para alcançar o que chama de “cidade-patrimônio”. Para tanto, destaca a importância de se “ampliar os canais de participação social nas operações de identificação, seleção, conservação e gestão de cidades-patrimônio – inclusive levando-se em conta as referências culturais das populações que as habitam”.

<sup>4</sup> David Harvey (2014, p. 186-7) denomina esse processo de “disneyficação”, associado à gentrificação e resultando mercantilização por uma indústria de turismo histórico, por exemplo.

atividades locais, e apresentar custos de oportunidade elevados. (BENHAMOU, 2016, p. 121)

Em âmbito nacional, Maria Cecília Londres Fonseca (2017, p. 169) reconhece esses mesmos desafios e o papel fundamental da participação das comunidades, das organizações da sociedade civil e da articulação do Iphan com instituições públicas com políticas afins. Inclusive, adverte para as “eventuais instabilidades institucionais e interferência de motivações sobretudo políticas” tão evidenciadas na atualidade.

Conclui-se com Norberg-Schulz (1975), que destaca que o interesse humano pelo espaço tem raízes existenciais, originando-se de uma necessidade de estabelecer relações vitais no e com o ambiente que o rodeia e, assim, dar sentido e ordem a um mundo de acontecimentos e ações. Por isso, ressalta-se a grande importância da positiva apropriação coletiva dos espaços públicos, que contribui para a criação de vínculos e valores únicos, conferidos pela própria população local a eles. Estimula-se, dessa forma, sua preservação a partir da participação comunitária efetiva e evita-se o risco da criação de memórias e identidades coletivas forjadas e impostas por vias institucionais minoritárias, que excluem, por exemplo, os povos originários e os afrodescendentes.

## **REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO DE CASO: CIDADE DE GOIÁS**

“O patrimônio é vivo, permanentemente em processo, e sua configuração constitui-se por meio das relações que uma sociedade mantém com sua história.” (BENHAMOU, 2016, p. 11)

Busca-se aqui contextualizar histórica e criticamente o processo de patrimonialização da cidade de Goiás, a partir do enfoque na existência ou não da participação comunitária ao longo de sua trajetória. Apresenta-se brevemente o primeiro e o terceiro de seus ciclos, delongando-se no segundo deles, conforme justificado na introdução, propondo-se articulações dos conceitos apresentados acima com as fontes de pesquisa adotadas e os demais pesquisadores do tema.

Inicia-se, assim, com uma curta reflexão sobre as políticas patrimoniais em escala nacional em seus primórdios, para se compreender o contexto dos primeiros tombamentos verificados em Goiás. O então SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é criado em 1937 como uma estratégia de Estado para “construção da nação mediante a invenção de seu patrimônio cultural” (CHUVA, 2009, p. 29), dando materialidade a suas representações e gerando uma integração cultural e territorial “acionada pelo exercício do poder de definição desses bens simbólicos” (CHUVA, 2009, p. 68). Utiliza-se da estratégia de formular uma “nova prática social de atribuição de valor a objetos e bens materiais que se transmutam simbolicamente em elos de identidade que unem todos os membros constituintes da nação” (CHUVA, 2009, p. 29). Segundo Cymbalista (2017, p. 231), a atuação do Iphan, juntamente com os órgãos estaduais e municipais de preservação surgidos a partir dos anos de 1960, torna-se uma “chave interpretativa do passado orgulhosa e ufanista”.

Considerando esse contexto impositivo de um patrimônio nacional homogeneizador e excludente da chamada fase de “pedra e cal”, naturalmente

surge uma “resistência dos proprietários de imóveis”, assim como, disputas com a comunidade local através de obras irregulares, desrespeito a embargos, questionamento dos valores históricos, artísticos e culturais atribuídos, desapropriações e uso da mídia para manifestações, como visto a seguir. Para Chuva (2009, p. 68), esses elementos são reveladores de uma “permanente luta de representações”, agravada pela “ausência de uma ação estatal eficaz (que) não defendia nem protegia a nação e a coletividade dos ‘ameaçadores’ interesses individuais”, aliados à “incapacidade” da própria sociedade em conservar seu patrimônio (CHUVA, 2009, p. 79), revelando o complexo cenário dessa área de estudos desde o princípio.

A segunda fase do processo de patrimonialização da cidade de Goiás principia-se em meados da década de 1960, engloba o tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico em 1978 e chega até a virada do milênio, após a conquista do título de Patrimônio Mundial da Unesco em 2001. Em plena ditadura militar brasileira, observa-se uma ruptura na autoimagem negativa da cidade e na concepção de seus bens culturais a partir da atuação da OVAT. Pretendeu-se abandonar a decadente representação da velha e abandona ex-capital do estado, para construir uma remodelada imagem baseada em seu patrimônio histórico e cultural e “buscar novos significados para a cidade e inseri-la dentro de uma nova dinâmica com foco nos aspectos socioculturais, patrimoniais, econômicos e turísticos” (OLIVEIRA, 2016, p. 27).

Trata-se de uma estratégia de sobrevivência futura, nos moldes da fala de Pollak (1989, p. 13): “o passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida”. Essa postura mostra-se passível de críticas, por permanecer avessa à ampla diversidade local, impondo a constituição homogeneizante de “parte de uma ‘co-munidade imaginada’, ‘uma comunidade de sujeitos que se apresentam como sendo ‘nós’” (WOODWARD IN: SILVA, 2009, p. 28). Para ilustrar esse argumento, utiliza-se o texto do primeiro telegrama enviado ao SPHAN solicitando o tombamento da cidade Goiás, que menciona um uníssono “povo goiano” (FIGURA 2), e a fala de uma destacada figura dos tradicionalistas vilaboenses, Brasilete de Ramos Caiado: “Uns vinte anos [risos] nós tivemos que lutar, todas as pessoas mais esclarecidas sabe, para que as pessoas não destruíssem as fachadas, porque veio aquela onda de modernidade, fazer alpendres e tal... Aí depois que conseguiu uma certa aceitação da população. Aí tudo bem, aí veio o título de patrimônio. Agora sim. O centro intocável.” (GOMIDE, 2007, p. 103).

A década de 1970 é marcada por mudanças estruturais na gestão das políticas culturais em escala nacional, que se reflete em Goiás, reforçando as iniciativas locais já em curso, como o forte investimento em turismo<sup>5</sup> (através da atuação da Embratur e da Goiastur) e a atuação do Iphan/CNRC sob o comando de Aloísio Magalhães, responsável por uma ampliação nos meios de gestão patrimonial até então praticados, buscando uma maior integração com as

---

<sup>5</sup> Maria Paula Araújo e Myrian Sepúlveda Santos (2013, p. 224) destacam que esse período apresenta um foco na racionalidade econômica e na “criação dos novos indicadores de brasilidade”, fortemente entrelaçados com o turismo, sob influência da Convenção da Unesco de 1972. Ressaltam também os grandes investimentos públicos realizados no Programa de Reconstrução de Cidades Históricas (PHC) a partir de 1973, com vistas ao incentivo do turismo cultural.

comunidades locais<sup>6</sup>, exemplificada por um sólido e referencial trabalho de educação patrimonial.

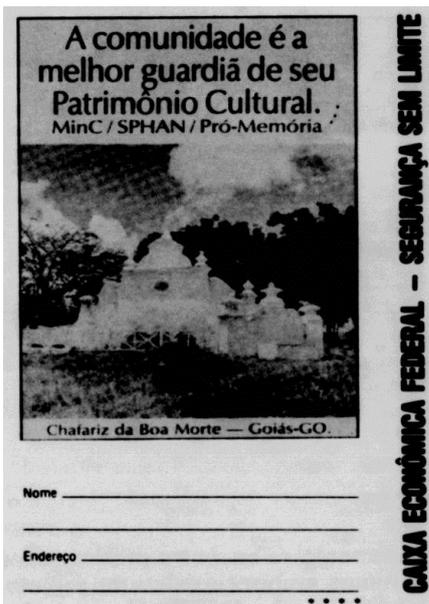


FIGURA 1: Promoção do Chafariz de Cauda através do volante lotérico, com destaque para conhecida frase de Aloísio Magalhães.  
Fonte: Boletim SPHAN/Pró-Memória, 1985.

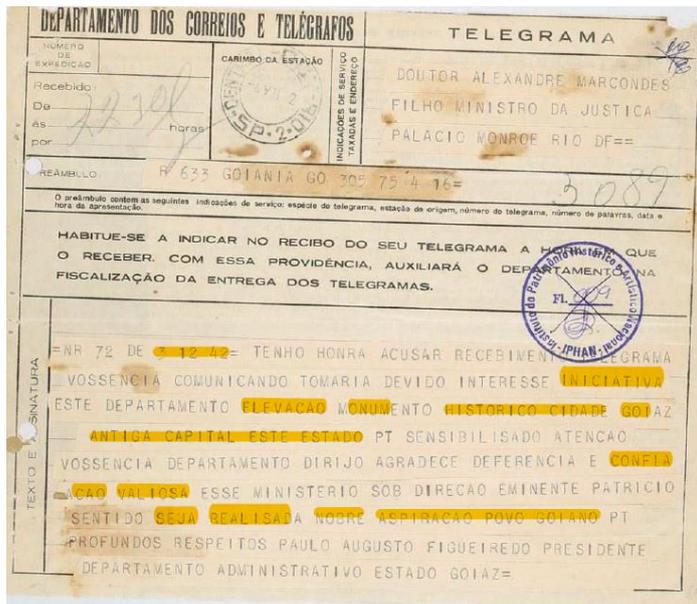


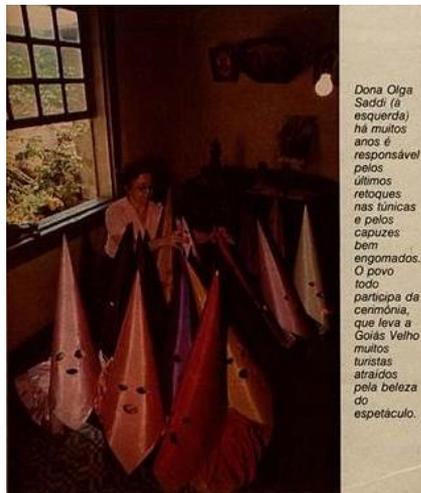
FIGURA 2: Primeiro telegrama enviado pelo governo do estado de Goiás ao SPHAN, solicitando o tombamento da cidade Goiás em 1942 (*grifos nossos*).  
Fonte: Dossiê de tombamento da cidade de Goiás – Iphan, v. 1, p. 5.

Em diversas oportunidades, geralmente vinculadas a atividades turísticas, nota-se o engajamento comunitário, como no caso dos preparativos para a Semana Santa e a Procissão do Fogaréu, desde as primeiras edições na década de 1960 até a atualidade (FIGURAS 3 e 4). Ao longo do tempo, são observadas modificações nas dinâmicas desse voluntariado, com a chegada das novas gerações e a mudança moradores para cidades maiores, ainda que com a manutenção de vínculos. O distanciamento e a baixa capacidade operativa do Iphan na década de 1970<sup>7</sup>, também leva a iniciativas da própria população para a preservação e a resistência contra as ondas de modernidade. Isso pode ser verificado na revista “O Cruzeiro” de maio de 1970: “os próprios filhos da cidade resolveram tomar conta de tudo e defender o que resta de sua herança artística.

<sup>6</sup> Registra-se o importante fato da criação da Diretoria Regional do Iphan criada na cidade em 1983 (DELGADO, 2005, p. 127), tornando o órgão mais próximo da população, mas em constante conflito com vários moradores do centro histórico que constantemente ignoravam as limitações construtivas impostas pelo tombamento, muitas vezes por falta de informação. Segundo Stephanie Drogomirecki (2019, p. 71), “técnicos e funcionários do Iphan tinham apoio de uma parte da elite regional, que era favorável às ações de proteção ao patrimônio da cidade com os tombamentos, as conservações e alguns restauros, mas sofriam com a resistência de parte dos moradores e de uma elite cultural, que era contrária à atuação do órgão”.

<sup>7</sup> Ainda que buscando instrumentos para gerar uma maior aproximação com a comunidade local, através de documentos explicativos; eventos de conscientização; publicidade em ampla escala, como no caso dos volantes lotéricos (FIGURA 1); do Programa Nacional dos Museus, contando com uma experiência nacional pioneira nos museus das Bandeiras e da Boa Morte (Boletim do SPHAN/Pró-Memória de maio de 1984); criação do museu Casa de Cora Coralina em 1985; e trabalhos de educação patrimonial, iniciados ainda na década de 1980 e potencializados nos anos 1990, incluindo até capacitação profissional. Paulus (2013, p. 63) elenca ainda o incentivo a eventos culturais (como o FICA - Festival Internacional de Cinema Ambiental), o surgimento do Programa Monumenta em 1995 e o financiamento para a recuperação de imóveis particulares.

Cada família se encarrega de uma velha igreja. Na verdade, resta pouca coisa”. O Boletim do SPHAN/Pró-Memória de janeiro de 1980 ilustra esse fato, relatando a mobilização social entorno da retomada da tradicional Festa de Santa Bárbara, solicitando ao órgão de preservação a pintura e a reabertura da igreja homônoma. As enchentes históricas, como aquelas observadas em 1989 e em 2001, também ilustram um importante engajamento comunitário nas ações de recuperação posteriores.



*Dona Olga Saddy (à esquerda) há muitos anos é responsável pelos últimos retoques nas túnicas e pelos capuzes bem engomados. O povo todo participa da cerimônia, que leva a Goiás Velho muitos turistas atraídos pela beleza do espetáculo.*



O jardineiro Valdivino Dias Carneiro, de 48 anos, que montou com a ajuda do filho e do sobrinho as 500 tochas que serão dadas aos visitantes durante a Procissão do Fogaréu, na cidade de Goiás — Foto: Paula Resende/G1

FIGURA 3: Exemplo de voluntariado e participação comunitária na realização da Procissão do Fogareu nos anos 1980. Fonte: Revista Manchete, maio de 1981.

FIGURA 4: Exemplo recente de atuação de voluntários da comunidade nos preparativos para Procissão do Fogaréu. Fonte: G1 – Goiás, 17 de abril de 2019.

Destaca-se também as disputas de poder internas, em que grupos progressistas entram em choque com os tradicionalistas capitaneados pela OVAT, como verificado em reportagem do “Correio Braziliense” de 11 de agosto de 1973, que expõe exemplos de “fachadismo”: “(...) ignoraram o apelo e até mesmo o ‘interdito’ do Iphan no tombamento (...). Foram construídas novas casas ‘por dentro’ de outras, ficando apenas a aparência externa como ‘casas coloniais’”. A própria conselheira do Iphan, Rachel de Queiroz, aponta esse fenômeno no Boletim do Conselho Federal de Cultura do primeiro trimestre de 1978.

Entretanto, quando são tratados temas mais pragmáticos do cotidiano da cidade, observa-se, desde os primeiros anos de tombamento, o conflito com os moradores acerca das demandas para preservação e de restrições impostas pelos regimentos do Iphan. As depredações, os inúmeros processos de embargos de obras de reforma (muitos deles desrespeitados), a necessidade de elaboração de uma carta para conscientização dos moradores e a criação do Conselho da Comunidade de Goiás em 1979 comprovam esses problemas (FIGURAS 5 e 6). Drogomirecki (2019, p. 71) também apresenta um exemplo no qual o embate é gerado por uma reforma do Largo do Chafariz, na qual “os moradores do entorno desse espaço resistiram ao projeto, para o qual não tinham sequer sido consultados”. O mesmo monumento é objeto de discórdia novamente na década 2000, com a realização de um bem-sucedido abaixo assinado, com mais de 500 assinaturas, contrário à mudança da cor branca de sua pintura, utilizando-se o seguinte apelo identitário: “uma vez que a maior beleza do [...] Chafariz encontra-se exatamente na cor com a qual todos nós o

conhecemos, o que lhe dá a semelhança de um grande alfenim” (OLIVEIRA, 2016, p. 252).



FIGURA 5: Exemplo de conscientização comunitária pelo Iphan para impedir desabamento de sobrado na cidade de Goiás e incentivar sua restauração na década de 1980. Fonte: Boletim SPHAN/Pró-Memória (mar.1981).



FIGURA 6: Depredação da fonte da Praça do Coreto em 2007. Fonte: Acervo digital Iphan.

Quanto ao turismo, destaca-se a grande divulgação que a cidade ganha em escala nacional através de matérias jornalísticas incentivando sua visitação, desde o início da década de 1960 até a atualidade, notando-se a permanência de representações que reforçam seus estereótipos vinculados ao tradicionalismo e ao período colonial. Segundo Barbosa (2018, p. 31), esse movimento “ganhou o reforço de alguns expoentes eleitos para simbolizar a cultura e a tradição local para, obviamente, atrair os turistas. (...) (conforme) feitos singulares realizados em favor da preservação dos valores e das memórias da antiga Vila Boa. São eles: Cora Coralina, Octo Marques, Goiandira do Couto e Frei Simão Dorvi (...)”.

Entretanto, ainda no fim dos anos de 1970, ressalta-se a deficitária estrutura da cidade para recepção dos turistas, conforme indicado por Carneiro (2005, p. 46): “faltava toda uma preparação, tanto em termos de conscientização – havia um certo preconceito da população local, em relação ao turista – quanto em termos de infraestrutura. (...) Os moradores se sentiam invadidos pelos turistas”. Uma matéria sobre a procissão do Fogareu, publicada pelo “Correio Braziliense” de 11 de abril de 1979, exemplifica essa questão: “principalmente por Goiás Velho não oferecer uma infra-estrutura adequada para receber grande massa de pessoas. Por outro lado, os moradores da cidade não se cansam de reclamar do comportamento dos visitantes”, veem o esvaziamento o sentido da Semana Santa e os inconvenientes de ser “perturbados por grupos de baderneiros”.

Já na década de 1990, em meio à comoção da conquista do título de Patrimônio Mundial e se suas expectativas, a cidade já se articula melhor para atender a uma potencial nova demanda turística, com a adaptações de casas para abrigar pousadas, restaurantes e lojas de artesanato. Nesse ensejo, novos conflitos surgem com o Iphan, que intensifica fiscalizações e punições, ao passo que a comunidade reage a esse “endurecimento”, dando início às obras sem consulta prévia do órgão (DROGOMIRECKI, 2019, p. 94). Observa-se, assim, sinais de que o turismo e os interesses financeiros se sobressaem às intenções preservacionistas, caindo nas armadilhas alertadas por Benhamou (2016, p. 130):

é preciso saber romper com as frequentes tentações hodiernas de enxergar no patrimônio unicamente um instrumento de desenvolvimento econômico: essa concepção leva para o campo fatal do entretenimento o que pertence à transmissão cultural entre gerações e às solidariedades de todo tipo que deverão tornar o patrimônio a mais frágil e mais necessária propriedade de todos. O patrimônio vivo, criando elos sociais e alimentando a criatividade.

Acerca da exploração turística dos bens culturais por parte da sociedade local, Keley Carneiro (2005, p. 67) destaca sobre os interesses da OVAT que “além de manter as tradições, há também o (interesse) de gerar lucros, renda para a cidade. (...) alguns dos membros da OVAT são donos de pousadas, restaurantes (...)”. Entretanto, ressalta-se a ausência de coesão nesse discurso, já que alguns de seus membros chegaram a reconhecer o protagonismo do turismo em sua atuação, ainda que o atual presidente da instituição assuma uma postura defensiva sobre o assunto e afirme que “não são explorados como um produto cultural” (SILVA, 2019, p. 35). Carneiro (2005, p. 97) destaca que o centro histórico da cidade se torna um “palco” para turistas, que são “privilegiados em detrimento dos moradores pelos comerciantes” e recebe “boa infraestrutura” e “constantes investimentos públicos em conservação”, resultando na “supervalorização de imóveis”, caracterizando-se no que Harvey (2014, p. 153) chama de uma “desvitalização”.

Em 1998, é criado um grupo, o Movimento Pró-Cidade de Goiás – Patrimônio da Humanidade<sup>8</sup>, com o objetivo de mobilizar os esforços para tornar a cidade Patrimônio da Unesco. Articulam a elaboração do “Dossiê Goiás”, realizando uma revisão e nova ressignificação da trajetória patrimonial da cidade, entretanto, mantendo-se as exclusões e homogeneizações anteriores, ainda que sustentando um momentâneo discurso de unicidade na euforia naquele momento. Delgado (2005, p. 130) critica a frágil aparência integradora do documento, ressaltando a perpetuação do reducionismo representativo anterior. Ressalta, por exemplo, a ausência da visão de pessoas de outros bairros, mesmo no contexto de elaboração participativa do Plano Diretor de 1996, além da criação de uma relação idealizada da comunidade com o passado e o patrimônio. A autora considera, assim, que o centro histórico “metonimicamente, representaria toda a cidade”, de modo que “a relação dos habitantes com os bens tombados é considerada apenas sob a perspectiva de quem mora no centro histórico, naturalizando-se a idéia de que todos usufruem dos benefícios de organizar a cidade em torno do patrimônio tombado e ocultando-se os conflitos e confrontos que envolvem a implantação dessa política de patrimônio e gestão urbana” (DELGADO, 2005, p. 132).

Dessa forma, nesse segundo ciclo, nota-se uma suposta “recuperação” da negatividade anteriormente observada, através do surgimento de uma onda de autorreconhecimento e extroversão na forma da apropriação dessas

---

<sup>8</sup> É composto “por alguns membros da OVAT” (DELGADO, 2005, p.113) em 11 de novembro de 1998, também surgindo no seio elite vilaboense guardião da memória local e tendo como missão investir “na construção e solidificação de uma determinada memória, dotando-a de duração e estabilidade para que pudesse representar o conjunto da sociedade” (SILVA, 2011, p. 219). Ele “contou com o apoio de diversas áreas da sociedade como as igrejas católicas e evangélicas, a maçonaria, grupos de jovens, museus, escolas, clubes de serviços, a Associação de Combate a Incêndio Florestal, a Ordem dos Advogados do Brasil (subseção de Goiás), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, a prefeitura do município de Goiás e o governo do Estado de Goiás” (SOUSA, 2009, p. 41 apud DROGOMIRECKI, 2019, p. 80).

heranças do passado, da construção de memórias enquadradas<sup>9</sup>, de silenciamentos de diferenças e discordâncias e de supostos patrimônios culturais comuns, rapidamente cooptados pelo mercado turístico, ou melhor, criados para ele, como o caso do Fogareu<sup>10</sup>. Esse evento é um exemplo desse contexto, no qual “a própria memória pode tornar-se uma mercadoria à ser colocada em circulação por uma indústria voraz da cultura, sempre em busca de novos floreados” (HUYSSSEN, 2014, p. 139). Apesar de ainda apresentar, outros aspectos, como a considerável adesão comunitária na organização do evento (FIGURAS 3 e 4). Segundo Oliveira (2016, p. 31), o anteriormente difamado “atraso” da cidade, passa a ser “muito útil em vários momentos e (...) contribui para a construção e atribuição de valores relacionados ao patrimônio cultural”, já que a elite vilaboense acaba tirando partido positivo desse discurso que lhe parecia tão prejudicial no momento da transferência da capital.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da trajetória histórica do processo de patrimonialização da cidade Goiás delineada acima, destaca-se a complexidade do tema e de suas intrincadas correlações com a questão da participação comunitária ao longo do recorte temporal adotado. No momento inicial, apesar dos conflitos majoritariamente políticos e econômicos gerados pela mudança da capital, e, posteriormente, os embates e incompreensões resultantes dos primeiros tombamentos, nota-se o engajamento de grande parte da população na preservação da cidade, que a princípio ainda nem era vista como patrimônio, motivada por fortes e ancestrais vínculos afetivos com o lugar.

Após a mudança de direcionamento promovida pela OVAT nos anos 1960, quando a cidade passa a assumir, ainda que lentamente, seu caráter histórico e turístico, observa-se uma postura na comunidade local, que passa a aceitar essa nova realidade. Entretanto, permanecem os conflitos com Iphan até a atualidade, sendo alterados ao longo do tempo, conforme diferentes graus de interação, investimentos, conscientização e modificações na realidade social e econômica da cidade. Esse lento processo de cerca de 40 anos antes, atinge seu ápice com o título de Patrimônio Mundial no início da década de 2000, após

---

<sup>9</sup> Os detentores do poder simbólico de elaborar esse discurso patrimonial não demonstraram interesse em aproveitar a revisão narrativa realizada nesse momento, para ampliar e diversificar as diferentes memórias e identidades que secularmente fizeram parte da história da cidade, incluindo afrodescendentes e indígenas, por mais complexa que seja essa tarefa.

<sup>10</sup> Trata-se da recuperação de um antigo ritual integrante da tradicional Semana Santa vilaboense, de grande significado cultural para a cidade até a década de 1960. Carneiro (2005, p. 13) a define como uma “(re)invenção das tradições, de criação de valores culturais, de estratégias, de articulações, de jogos de poder”. (...) marketing, imagem e ‘orgulho da elite vilaboense’”. É fato que, após a criação dessa procissão, houve uma profunda modificação na “relação dos moradores com a própria festa, à medida que ela passou a integrar as campanhas de turismo que construíram uma imagem da tradição para Goiás” (SILVA, 2011, p. 227). Transformada em “espetáculo” midiático para turistas e perdendo suas raízes religiosas, apresenta uma assimilação complexa e conflituosa por parte da comunidade local. Segundo Gomide (2007, p. 75), alguns “assistem ao ou participam do evento transformado em espetáculo, re-alimentando e ‘re-significando’ essa tradição religiosa, vivida por alguns como devoção e por outros como acontecimento, ou, movimento”, entretanto, conclui que “para a maioria da população a Procissão do Fogaréu tem pouco significado”.

grandes esforços e um expressivo engajamento comunitário em sua construção, apesar da permanência das exclusões e homogeneizações.

É oportuno retomar Pollak (1989, p. 6) nesse ponto, quando ele assume a defesa de que a distinção “entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado”. Em tal panorama, ressalta as diversas formas de “resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas”, assumindo, assim, a postura de uma “sociedade englobante”, que acaba eventualmente entrando em choque com “grupos minoritário”. Lampejos dessa perspectiva têm sido gradativa e discretamente notados na cidade de Goiás.

Atualmente, notam-se os reflexos negativos trazidos pelo título da Unesco, após um intenso crescimento inicial, seguido de um forte processo de *gentrificação* no centro histórico e da permanência de embates, sobretudo, com os moradores dos demais bairros da cidade. Considerando esse contexto, alguns dos teóricos analisados acima trazem valiosos elucidamentos, como Huyssen (2014, p. 177), que aponta que, para os críticos da indústria cultural, “qualquer passado pode ser usado, transformado em mercadoria, distorcido, comercializado, reelaborado, deslocado, indiciado, processado, julgado e, é claro, esquecido”. Já Benhamou (2016, p. 9), contrapõe esse olhar apresentando a importância de uma “economia do patrimônio”, que viabilize um retorno financeiro (que considera necessário), e a “subsistência de grupos que têm esses bens como fonte de renda”, de modo a se “alcançar equilíbrio entre preservação, administração e bom uso desses recursos”, como no caso do artesanato vilaboense.

Assim, apresentam-se possíveis saídas para esses problemas, como a ampliação das políticas de educação patrimonial e participação comunitária mais efetivas e inclusivas, uma gestão do turismo cultural mais regulamentada, sustentável e colaborativa, incentivo ao artesanato, entre outras ações, sempre com o foco em estimular negociações e mediações de poderes para a ampliação da diversidade identitária local. É fundamental também dirigir um olhar atento e crítico para o passado da cidade, buscando por possíveis soluções em experiência positivas anteriores, baseadas nos fortes vínculos afetivos e memorialísticos presentes em grande parte dos moradores ao longo de toda essa trajetória de preservação. Esses caminhos poderiam, assim, levar a cidade de Goiás e seu patrimônio cultural a se consolidarem, para a maioria da comunidade, como o “lugar ‘quente’, aconchegante e confortável”, conforme expresso por Bauman no início do texto, sempre a partir de perspectivas críticas e autoconscientes.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. P.; SANTOS, M. S. *Memória Coletiva e Identidade Nacional*. São Paulo: Annablume, 2013.

BARBOSA, Raquel Miranda. Com areia, também, se constrói patrimônio: o poder das imagens em Goiandira do Couto. *Escritas*, Palmas, v. 10, n. 1, 2018, p. 23-42.

BAUER, L. e BORGES, V. (org.) *História Oral e Patrimônio Cultural: potencialidades e transformações*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BENHAMOU, F. *Economia do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

CARNEIRO, Keley Cristina. *Cartografia de Goiás: Patrimônio, festa e memórias*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CID, G. S. V. e CASTRO, M. B. Processos de patrimonialização e internacionalização: algumas reflexões iniciais sobre o caso da Capoeira entre o nacional e o internacional. IN: CASTRO, M.B. e SANTOS, M. S. *Relações raciais e políticas de patrimônio*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2016.

CUNHA FILHO, F. H. *Teoria dos Direitos Culturais: Fundamentos e Finalidades*. São Paulo: Edições Sesc, 2018.

CYMBALISTA, R. Lugares de memórias difícil: As medidas da lembrança e do esquecimento. IN: CYMBALISTA, R; FELDMAN, S; KÜHL, B. (org.) *Patrimônio Cultural: memória e intervenções urbanas*. São Paulo: Annablume, 2017.

DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: A Invenção da Cidade "Patrimônio da Humanidade". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 23, 2005, p. 113-143.

DROGOMIRECKI, Stephanie Botovchenco Rivera. *De Arraial a Patrimônio Mundial: A Redescoberta da cidade de Goiás*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

GOMIDE, Cristina Helou. *Antiga Vila Boa de Goiás - experiências e memórias da na cidade patrimônio*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HUYSSSEN, A. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n. 35*, Org. Andrey Rosenthal Schlee, Brasília: 2017.

MENEGUELLO, C. Patrimônios sombrios, memórias difíceis. IN: FLORES, M. B. e PETERLE, P. (org.) *História e Arte: Herança, Memória e Patrimônio*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Existencia, Espacio y Arquitectura*. Barcelona: Blume, 1975.

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo. *A cidade de Goiás como patrimônio cultural mundial: descompassos entre teorias, discursos e práticas de preservação*. 2016. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PAULUS, Wilson Clério. *Adaptação estratégica voltada ao turismo cultural: o caso da Cidade de Goiás*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, Anápolis, 2013.

PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Universidade de Coimbra. Dez. 2004.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRATS, L. *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel, 2009.

RICOUER, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SANTANA, Andrea Vieira de. *Formação do urbanista para a participação comunitária*. Dissertação (Mestre em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, 2013.

SILVA, T.T. (org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, Rodrigo dos Santos. “O futuro de Goiás é o passado”: A Organização Vilaboense de Artes e Tradições e os itinerários da salvaguarda das referências culturais na cidade de Goiás-GO (1965-2015). 2019. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, Lato Sensu – a distância) – Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SMITH, Laurajane. Intangible Heritage: A challenge to the authorised heritage discourse? *Revista d’Etnologia de Catalunya*. Jun. 2015, N. 40 (p. 133-142).

WATERTON, Emma; SMITH, Laurajane; CAMPBELL, Gary. The Utility of Discourse Analysis to Heritage Studies: The Burra Charter and Social Inclusion. *International Journal of Heritage Studies* Vol. 12, No. 4, July 2006, pp. 339–355.